

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 13/12/2024 | Edição: 240 | Seção: 1 | Página: 164

Órgão: Ministério dos Povos Indígenas/Gabinete da Ministra

PORTARIA MPI Nº 278, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2024

Disciplina a supervisão ministerial desenvolvida pelo Ministério dos Povos Indígenas, relativamente à administração indireta, bem como o uso e o compartilhamento de dados e informações entre os órgãos e entidades que compõem sua estrutura organizacional.

O MINISTRO DOS POVOS INDÍGENAS, em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 26 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, nos artigos 25 e 26 da Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018, nos artigos 42 e 71, ambos da Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, no inciso IV do art. 1º do Decreto nº 8.777 de 11 de maio de 2016, no Decreto nº 10.046, de 9 de outubro de 2019, e no art. 2º do Anexo I do Decreto nº 13.155, de 1º de janeiro de 2023, resolve:

Art. 1º Esta Portaria disciplina a supervisão ministerial desenvolvida pelo Ministério dos Povos Indígenas, relativamente à administração indireta, bem como o uso e o compartilhamento de dados e informações entre os órgãos e entidades que compõem sua estrutura organizacional.

CAPÍTULO I

OBJETIVOS E DIRETRIZES

Art. 2º A supervisão ministerial da entidade da administração indireta vinculada ao Ministério dos Povos Indígenas dar-se-á com vistas ao plena atingimento dos objetivos enumerados pelo art. 26 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, com especial relevo para o seguinte:

I - a realização dos objetivos fixados nos atos de constituição da entidade, em consonância com as competências legais conferidas ao Ministério dos Povos Indígenas por meio do art. 42 da Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023;

II - a harmonia com a política e a programação do Ministério dos Povos Indígenas, enquanto formulador das políticas centrais de governo relacionados à garantia e à promoção dos direitos dos povos indígenas; e

III - a eficiência administrativa relacionada ao regular trâmite de informações e subsídios essenciais, a juízo do formulador da política, para sua adequada produção.

Parágrafo único. Entre outros objetivos, as ações de supervisão ministerial visam a garantir o exercício imperturbável da autonomia administrativa, operacional e financeira da entidade vinculada, não se podendo valer de tais características, todavia, como óbices tendentes a mitigar, negar ou impedir justamente o regular exercício da prerrogativa legal de supervisão ou violar sua natureza.

Art. 3º A supervisão ministerial pelo Ministério dos Povos Indígenas em relação à respectiva entidade vinculada será exercida na forma do parágrafo único do art. 26 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, bem como mediante a adoção das seguintes medidas e condutas:

I - concessão de acesso pleno, célere e irrestrito às informações coletadas, produzidas e gerenciadas pela entidade supervisionada, considerando que não se faz "supervisão" sem "visão", bem como o disposto no art. 71 da Lei nº 14.600, de 2023, relativamente ao acervo documental destinado a assegurar, ao Ministério, os meios necessários ao exercício de sua competência legal;

II - respeito tempestivo e irrestrito a mecanismos legais de interação institucional e de requisição ou compartilhamento de informações necessárias a subsidiar a formulação das políticas públicas indigenistas pelo Ministério dos Povos Indígenas;



III - disponibilização célere e irrestrita de todos os meios materiais e tecnológicos disponíveis para acesso imediato ao acervo das informações necessárias à formulação das políticas públicas indigenistas pelo Ministério dos Povos Indígenas; e

IV - produção e entrega sistemática em relatórios, recorrentes ou não, com informações requisitadas nos termos desta Portaria.

Art. 4º Incluem-se no objeto disciplinado por esta Portaria:

I - Dados e informações públicos;

II - Dados e informações formalmente classificados como restritos ou sigilosos;

III - Dados e informações de caráter pessoal; e

IV - Dados e informações sensíveis ou estratégicos.

Art. 5º A requisição, a disponibilização, a transferência e o compartilhamento interinstitucional de informações de que tratam esta Portaria têm por objetivos:

I - assegurar condições eficientes para a adequada formulação e execução da política indigenista;

II - conferir celeridade às ações de promoção dos direitos dos povos indígenas e de defesa do usufruto exclusivo das terras e dos territórios indígenas;

III - potencializar a qualidade das informações gerenciadas, bem como seu uso para a concretização de melhorias nos serviços prestados aos povos indígenas;

IV - promover o acesso indistinto às informações gerenciadas pelos órgãos e entidades componentes da estrutura do Ministério dos Povos Indígenas, assegurado o respeito aos respectivos níveis de sigilo e sensibilidade;

V - reduzir ambiguidades da atuação interinstitucional, garantindo-se a criação de consensos e padrões de uniformidade nas ações de cada ente envolvido;

VI - reduzir custos e esforços destinados ao levantamento de informações necessárias à gestão pública da políticas coordenadas pelo Ministério dos Povos Indígenas;

VII - eliminar a multiplicidade de iniciativas desarticuladas, redundâncias, sobreposições e ineficiências no gerenciamento das informações relevantes para as políticas coordenadas pelo Ministério dos Povos Indígenas;

VIII - reduzir as barreiras para recepção e entrega de informações dos órgãos e entidades que compõem a estrutura organizacional do Ministério dos Povos Indígenas;

IX - estimular a gestão de informações de maneira integrada, contextualizada, confiável, fidedigna, padronizada, tempestiva e certificada;

X - fortalecer a adoção de melhores práticas de coleta e de processamento das informações;

XI - conferir maior transparência aos cidadãos, quanto a forma como seus dados são mantidos e compartilhados pelos entes envolvidos;

XII - adotar padrões de segurança e de boas práticas de governança comuns aos entes envolvidos;

XIII - qualificar o processo decisório, no âmbito dos entes envolvidos;

XIV - promover uma nova cultura de gestão da informação; e

XV - ampliar a capacidade de diagnóstico dos problemas e identificação de soluções para a consecução dos direitos dos povos indígenas.

Art. 6º A concessão de acesso, bem como a transferência ativa ou reativa de informações ao Ministério dos Povos Indígenas submete-se às normas de transferência documental próprias do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos, devendo-se valer, sempre que possível, de mecanismos tecnológicos postos à disposição do gestor.



Art. 7º O uso e o compartilhamento de dados e informações de que trata esta Portaria devem atentar para as diretrizes enumeradas no art. 3º do Decreto nº 10.046, de 9 de outubro de 2019, conferindo-se especial relevo ao seguinte:

I - os dados e as informações serão compartilhados da forma mais ampla possível, devendo seus destinatários respeitar eventuais restrições legais, a preservação da intimidade e da privacidade da pessoa natural, os requisitos de segurança da informação e comunicações e o disposto na LGPD;

II - os mecanismos de compartilhamento, interoperabilidade e auditabilidade devem ser desenvolvidos para atender às necessidades de formulação e de execução da política indigenista pelo Ministério dos Povos Indígenas, em conjunto com os órgãos e entidades que compõem sua estrutura organizacional; e

III - os órgãos e entidades que compõem a estrutura organizacional do Ministério dos Povos Indígenas colaborarão para a redução dos custos de acesso às informações compartilhadas, mediante o reaproveitamento dos respectivos recursos de infraestrutura.

CAPÍTULO II

DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES

Art. 8º As ações disciplinadas por esta Portaria não afastam os deveres de:

I - garantir a integridade, a confiabilidade, a disponibilidade e a autenticidade dos dados e informações compartilhados;

II - ordenar os procedimentos de curadoria dos dados e informações compartilhados;

III - intensificar a contínua integração e o crescente compartilhamento de dados e informações gerenciados por todos os órgãos e entidades que compõem a estrutura organizacional do Ministério dos Povos Indígenas;

IV - monitorar e propor prioridades na formulação e execução de projetos relacionados ao compartilhamento e à gestão de dados e informações; e

V - promover a cultura da transparência pública por meio da abertura de dados e da execução do Plano de Dados Abertos do MPI.



Parágrafo único. Recebidas as informações, cabe ao Ministério dos Povos Indígenas a sua custódia, resguardado o nível de sigilo da informação, conforme classificação efetuada nos termos da lei.

Art. 9º Cabe ao Secretário-Executivo do Ministério dos Povos Indígenas:

I - propor normas operacionais complementares para o acesso, a transferência e a incorporação de informações, bem como para o uso, o reuso e o compartilhamento de dados e informações no âmbito do Ministério dos Povos Indígenas pelos órgãos e entidades que compõem sua estrutura organizacional;

III - definir estratégias, orientar e supervisionar as ações necessárias, em âmbito tático, para a concretização das ações de que trata esta Portaria;

III - coordenar a elaboração de Plano de Gestão Documental e submetê-lo à apreciação final pelo órgão competente, após a publicação desta Portaria;

IV - monitorar a implementação da Política de Governança do Compartilhamento de Dados e Informações do Ministério dos Povos Indígenas; e

V - zelar pela atualização do inventário de dados e informações produzidos ou custodiados pelo Ministério dos Povos Indígenas.

Parágrafo único. No desempenho das atribuições referidas no caput, observar-se-ão as orientações da Lei de Acesso à Informação, da Lei Geral de Tratamento de Dados Pessoais, da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos, do Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado, da Secretaria do Governo Digital e outras instâncias que deliberem sobre o tema.

CAPÍTULO III

PROCEDIMENTOS

Art. 10. Os prazos fixados nas requisições de acesso ou de informações, bem como para a adoção das demais ações disciplinadas por esta Portaria, devem ser estritamente cumpridos pelos respectivos destinatários, sob pena de apuração de responsabilidade.

Art. 11. Até que sejam implementados mecanismos institucionais de interoperabilidade, os gestores de informações dos órgãos e entidades que compõem a estrutura organizacional do Ministério dos Povos Indígenas concederão, de imediato, acesso externo permanente para consulta aos respectivos processos, documentos, aplicações, bases de dados e informações por eles custodiadas.

Parágrafo único. A Secretaria-Executiva do Ministério dos Povos Indígenas comunicará, aos órgãos e entidades custodiantes das informações a serem compartilhadas, as identificações e qualificações dos servidores responsáveis, para fins da concessão de acesso externo referida no caput.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITORIAS

Art. 12. A Secretaria-Executiva do Ministério dos Povos Indígenas deverá especificar e demandar a implementação de mecanismos institucionais de interoperabilidade, que, respeitados os requisitos estabelecidos pelo Comitê Central de Governança de Dados (art. 21 e ss. do Decreto nº 10.046, de 9 de outubro de 2019), poderão consistir em:

- I - integração de bases de dados, com gestão compartilhada;
- II - utilização de sistemas ou serviços únicos ou unificados por todos os órgãos e entidades envolvidos;
- III - estabelecimento de aplicações, ferramentas ou funcionalidades de comunicação, em tempo real, entre aplicações diversas; ou
- IV - quaisquer outras ferramentas, funcionalidades ou aplicações que garantam o uso e o compartilhamento eficiente e atual da informação gerida por cada um dos entes obrigados.

Art. 13. Tendo em vista que a classificação da informação já é obrigação de cada órgão ou entidade - o que lhe impõe, inclusive, publicar periodicamente o rol de informações classificadas - consideram-se desde já categorizados, para fins do disposto no Decreto nº 10.046, de 2019:

- I - como de compartilhamento amplo os dados públicos que não estejam sujeitos a nenhuma restrição de acesso, cuja divulgação deva ser pública e garantida a qualquer interessado, na forma da legislação;
- II - como de compartilhamento restrito os dados protegidos por sigilo, nos termos da legislação, passíveis de concessão de acesso indistinto a órgãos ou entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional ou demais Poderes da União; e
- III - como de compartilhamento específico os dados protegidos por sigilo, nos termos da legislação, cuja concessão de acesso é restrita a órgãos ou entidades específicos, nas hipóteses e para os fins previstos em lei.

Parágrafo único. O órgão ou entidade que compõe a estrutura organizacional do Ministério dos Povos Indígenas não poderá opor a ausência de caracterização formal para afastar o compartilhamento determinado por esta Portaria, ainda que o procedimento adotado, nos casos de dados sigilosos, sensíveis ou estratégicos, seja o mais gravoso.

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELOY TERENA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

